



Língua, Comunidade e Relações sociais no espaço digital

Eni Puccinelli ORLANDI¹

A questão da historicidade é uma questão presente na análise de discurso de maneira constante. Desse modo, quando falamos em sujeito, já está posta a relação língua/sujeito/história. E, quando falamos em sociedade, estamos pensando a sociedade tomada na história.

De muitas e variadas maneiras temos trabalhado com a questão da historicidade – a exterioridade constitutiva, a memória discursiva, o interdiscurso, as condições de produção, a textualidade etc – que se apresenta sobretudo nas inúmeras análises em que falamos do sujeito, do sentido, do histórico e do político. A partir do funcionamento da ideologia.

Seguindo esta reflexão, e sem deixar de tomar a questão da historicidade como um princípio na análise de discurso, nos dedicamos agora à relação indivíduo e sociedade. Porque não é possível falar em sociedade sem pensar o indivíduo – ou o sujeito individualizado, como mostraremos mais adiante - dado o fato de que, quando nos voltamos para a compreensão das questões sociais, a questão da sociedade é fortemente marcada pelo discurso da sociologia e esta erige esta noção como fundamental. Pelos trabalhos de G. Bataille (sobretudo o de 1946), vemos que os fundadores da sociologia, na França, herdaram do humanismo uma concepção individualista da realidade social. No início do século XX, o individualismo aparece como ameaça e a grande maioria dos intelectuais passa a dar primazia à “coletividade” em relação ao indivíduo. Também esta perspectiva se trabalha dentro do humanismo e traz consigo a noção de “comunidade” assim como, contemporaneamente, a de interatividade etc. Para nós, da análise de discurso que toma a inclinação materialista, crítica ao humanismo, ao psicologismo embutido na noção de indivíduo e ao

¹ Professora no Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem/Unicamp, Coordenadora do Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb) - Unicamp e Coordenadora do mestrado em Ciências da Linguagem na Univás (MG). seclabe@unicamp.br

comunitarismo presente na noção de coletividade, e tomando nossas distâncias de uma posição metafísica, tornava-se necessário rever, re-significar teoricamente a relação indivíduo/sociedade. E esta foi a principal preocupação teórica que nos ocupou, ou seja: declinar teoricamente uma relação não sociológica mas discursiva da relação indivíduo/sociedade, quando começamos a trabalhar com as relações urbanas/relações sociais e os acontecimentos discursivos que se produzem no espaço de significação que é a cidade.

Situando-nos, então, na perspectiva discursiva que é a nossa, temos, há algum tempo, refletido reiteradamente sobre a relação entre o indivíduo e a sociedade tendo como um de nossos objetivos compreender a forma e a necessidade dos movimentos da sociedade (que distinguimos de “movimentos sociais”). Para nós, os movimentos da sociedade ou na sociedade são inevitáveis e fazem parte da materialidade, do real da história social. Já os movimentos sociais são organizações que se formam, em certos momentos, visando certos objetivos, bem determinados na sociedade e na história.

Teoricamente, estabelecemos um quadro de referência (E. Orlandi, 2001), onde refletimos sobre a interpelação do indivíduo em sujeito (forma histórica do sujeito capitalista, sustentado pelo jurídico) e sua individua(liza)ção pelo Estado, resultando daí um sujeito ao mesmo tempo livre e responsável. Nosso objetivo primeiro é assim compreender o sujeito contemporâneo e os movimentos sociais urbanos face à necessidade de se constituírem políticas públicas, em geral sustentadas na produção do consenso. Tal como se produzem em torno do princípio da “inclusão”, face ao espaço digital.

Para compreender essa relação sujeito/indivíduo/sociedade, pois é disso que se trata, ou melhor, para compreender como este indivíduo se encontra na nossa formação social - em que há uma sobredeterminação do social pelo urbano – começamos por analisar o sujeito da pichação, do grafite, do piercing, da tatuagem e do rap, o menino do tráfico (Falcões) que, em seu conjunto, constituem a produção do que tenho chamado de discurso urbano.

Indo além, trouxemos para nossas considerações o mundo globalizado e as tecnologias de linguagem (tanto o mundo eletrônico como a mídia).

Nos materiais em geral, há algumas constantes, como a da tensão contraditória, já referida, entre democracia e radicalismo autoritário econômico, a recorrência ao discurso dos direitos humanos, o direito à diferença etc. Como também repete-se a idéia de que há uma filiação que liga a colonização, o imperialismo e a mundialização, linha

que se filia à idéia do domínio do que se tem chamado de ocidentalização. Também é constante o processo de segregação e a resultante política da “inclusão” sustentada pelo discurso assistencialista e a falha do Estado como estruturante desse funcionamento social.

Essa conjuntura se apóia na tensa contradição entre, de um lado, a expectativa de uma democracia planetária ilusória e, de outro, a prática de uma real economia ditatorial. O “político” aparece nessa conjuntura como argumento. De forma importante, ligado a este discurso da mundialização, da globalização, há também um discurso sobre a subjetividade.

Não se trata de evocar simples modificações no social e suas incidências sobre a subjetividade de cada um, mas de examinar uma transformação que está produzindo seus efeitos. Entre eles, o de uma economia liberal desenfreada e uma subjetividade que se crê liberada de qualquer dívida com as gerações precedentes – isto é, produzindo um sujeito que acredita poder fazer tábua rasa de seu passado, e, mais que isso, livre de qualquer limite.

Esta forma de refletir não está levando em conta nem o político nem o funcionamento da ideologia no discurso. E como tratamos de discursos, podemos já afirmar que estas são manifestações que constituem as ilusões do sujeito. Como sabemos, essas ilusões, esse imaginário, constituem a realidade desse sujeito, produzindo assim seus efeitos sobre suas práticas.

Visamos, com esta reflexão, compreender o sujeito contemporâneo em seu processo de individua(liza)ção face aos possíveis movimentos da sociedade e as relações de poder. Se, a interpelação é geral e a ela não podemos nos furtar sob a pena de não termos linguagem, não poderemos nos tornar sujeitos, a individua(liz)ação pelo Estado, no entanto, se particulariza de acordo com as injunções das relações do Estado com a sociedade e o indivíduo está ao sabor das circunstâncias em que se dá a articulação do simbólico com o político, sob os efeitos do equívoco que constitui/resulta(?) a relação estrutura/acontecimento. A sua individuação é sujeita a resistência, a rupturas e as deslizos. Nesse caso, em que estamos refletindo, sem esquecer que ele está preso à conjuntura da mundialização e afetado pelos seus artefatos, entre os quais, o digital. É nesse passo, o da individua(liza)ção pelo Estado que podemos observar a resistência (ou não) do sujeito aos modos como as instituições e os discursos o individualizam.

Indivíduo, Sentido e Política

O político para quem trabalha com linguagem está no fato de que os sentidos são divididos, não são os mesmos para todo mundo, embora “pareçam” os mesmos. E esta partição tem a ver com o fato de que vivemos em uma sociedade dividida. Uma sociedade que é estruturada pela divisão e por relações de poder que significam estas divisões, em relações dissimétricas, irreversíveis como tal. Os sujeitos, uma vez que passam por processos de individua(liza)ção, ocuparão enquanto indivíduos sua posição na sociedade, estabelecendo seus laços sociais. São eles também sujeitos divididos em seus processos de individua(liza)ção.

Em relação à mundialização, com o fim da guerra, tem-se a ilusão de que nasce a comunidade internacional e de que o capitalismo triunfa². Essa comunidade se configura na utilização do poder da mídia e da comunicação, filiando-se a redes planetárias graças à utilização da internet e impõem a visão nova de um mundo interdependente em que as grandes questões – pobreza, saúde, meio ambiente – devem ser consideradas de maneira global. A era do desenvolvimento durável. Essas são expressões – como o desenvolvimento sustentável e outras – que dão “realidade” à ilusão do sucesso do capitalismo.

A aparente unificação planetária esconde profundas disparidades (S. Brunel, 2007). É um espaço hierarquizado de um mundo da concentração: Estados Unidos, Europa e Japão, e países emergentes. É o mundo das redes mais do que dos territórios: redes de transporte, de mercadorias, de matérias primas e de energia; de telecomunicações, relacionais. As tecnologias progridem mas não abolem o tempo e o espaço. A distância só não é mais métrica: ela se aprecia em função do equipamento dos lugares em redes que define sua acessibilidade. As centralidades se reforçam em detrimento dos territórios ou das populações.

A mundialização reforça as desigualdades, tanto no plano espacial como no social. Há reafirmação das identidades locais, reativação do comunitarismo, fragmentação do mundo. Nunca os combates memoriais e a intolerância religiosa foram tão agudos. Instantaneidade das transferências de capitais de um lugar bancário para outro em função do lucro a curto prazo, há uma economia virtual desconectada do sistema produtivo internacionalmente.

² Podemos dizer que a virada decisiva se dá nos anos 1980 com Ronald Reagan e Margareth Thatcher. Também os anos privilegiados na presença do digital.

Alguns autores, entre os quais Daniel Cohen (2007), dizem que a mundialização não sustenta suas promessas e que, embora os modos de vida, os saberes, as tecnologias se difundam em escala planetária, a grande maioria da humanidade não está em medida de participar da fabricação de “*um destino humano partilhado*” (aspas minhas).

Antes mesmo de entrar na discussão gostaria de dizer que não se trata de se falar em destino humano partilhado ou não. Estamos em uma formação social capitalista e são as relações de trabalho, as relações econômicas e sociais que estão em causa. Se os indivíduos não têm condições materiais de base favoráveis não há “destino” que se cumpra. Também desconfio da expressão “escala planetária” principalmente se referem à “difusão” de saberes, tecnologias, modos de vida. Tudo isso depende de condições concretas e estas como sabemos estão longe de serem “partilhadas”.

Mas voltemos ao nosso assunto principal que é o fato de que as promessas não são cumpridas pela mundialização. Ou, como o autor diz, “*há uma confusão entre mito e realidade*”. Haveria, pois, segundo o autor, o inconveniente de confundir mito e realidade. Ainda segundo o autor, o principal problema da mundialização “não” é agudizar os conflitos religiosos e de classe mas não cumprir suas promessas. Ou seja, é uma questão moral e não política.

Ora, isso só pode se dizer desse modo porque as categorias – mito e realidade – estão deslocadas pela enunciação do princípio humanista de destino humano. Se sairmos da conjuntura discursiva metafísica e passarmos para uma reflexão em que a história e a sociedade se fazem presentes, assim como a questão da materialidade, podemos pensar com a categoria de imaginário enquanto prática na relação do simbólico com o político. Podemos introduzir a questão da ideologia. E veremos que longe de ser apenas uma falha moral, um não cumprimento de promessa, a questão crucial da mundialização está justamente na contradição entre a ideologia – que não é mito mas relação imaginária com as condições materiais da existência – e o real. Ou seja, faz parte do modo de funcionamento da mundialização a contradição entre o real (da divisão, da pobreza, da criminalidade etc) e o imaginário (da difusão, da partilha, da proximidade da escala planetária etc). O destino humano é historicidade e não “fabricação”. A relação não é entre expectativas e capacidade de agir mas entre condições materiais de vida, existentes ou não, capazes de materializarem-se em práticas concretas.

Surgem então expressões que se apóiam em expectativas, nas atuais condições, inviáveis: cidadania mundial, desenvolvimento igual para todos/sustentável. Ao mesmo

tempo em que se reconhece que o sentido dado às tecnologias ultrapassa o de simples instrumentos: pelos efeitos do discurso da mundialização, elas são um lugar de se afirmar a inclusão ou exclusão da História. Como se pudessemos realmente estar fora da História. Esses são modos de se representarem diferenças. De se produzirem sentidos para elas. Ou seja, isso é assim no discurso liberal, da mundialização.

Por outro lado, a financeirização das economias produz o protecionismo exercido pelos países ricos a seu próprio favor, e favorece as estruturas que se dedicam à “assistência” das “comunidades”. Elas se apresentam como uma rede de segurança que permite se inscrever na economia liberal e contribuem para desacreditar o Estado e a Política, em prol do “comunitarismo” (da “sociedade civil”). Assistencialismo e comunitarismo são indissociáveis. A noção de comunidade é significada por esta relação em detrimento de uma relação material concreta em que funciona a relação Estado/Sociedade.

Com a privatização da assistência o laço social se curva às definições identitárias e se comunitariza. O Estado democraticamente eleito retrocede assim para a fileira de um ator entre outros. Ele é levado ao alto em seu conceito mas posto em questão cotidianamente em seu exercício. Enfraquecer o Estado alimenta o fundamentalismo e o comunitarismo.

Nos países ricos, fazendo eco aos esforços dos países pobres em transformar esta situação, há discursos dos que se situam em um movimento (fórum) favorável ao que chamam de “altermundialista” e que afirma que o mundo não é uma mercadoria. Mas são discursos que logo perdem sua força absorvidos pelos discursos do tipo ecologistas e suas preocupações interplanetárias. Vêm engrossar esses discursos um outro domínio de preocupações: o dos recursos coletivos como a energia, a biodiversidade, o conhecimento, a saúde, a educação e a cultura. Fala-se então nos multi e na diversidade: multiculturalismo, multilinguismo, biodiversidade, sociodiversidade etc. Em torno deles, estão as falas de organismos multinacionais como o OMC (do comércio), a AADPIC (propriedade intelectual). E os acordos, quando há, representam sempre os interesses das grandes empresas dos países ricos. Muitos organismos aí se agregam: a ONU, o FMI, o Banco Mundial. As redes chamadas “altermundialistas” tentam fazer o movimento inverso: os dos sindicatos, dos organismos cívicos, feministas, grupos de artistas etc. Procuram alternativas. A meu ver, estas são incapazes de representar os múltiplos e insuficientes movimentos sociais no confronto, nisto que se chama

mundialização, com o poder dominante dos países ricos porque, na maior parte das vezes, sucumbem ao comunitarismo.

Todas essas “alternativas” se esgotam no discurso da “inclusão”, que propõe transformar o excluído, para adequá-lo às formas de dominação da cultura, do conhecimento, ou da classe social, visando inserir o não inserido, para melhor conformá-lo às novas formas do controle. E este é um discurso que, além de descaracterizar as necessidades reais dos movimentos da sociedade e de seus sujeitos, impede que nos confrontemos com o real de nossa sociedade e das relações que se dão entre os sujeitos individualizados que a constituem, e que já têm outra forma, outras necessidades. Comunitarizam-se as relações sociais e se as submete ao assistencialismo: limita-se a fala da gestão pública como lugar de assistencialismo, multiculturalismo, comunitarismo, no interior da ideologia da mundialização.

O trabalho é a objetivação primária do ser social e é por se objetivarem que os homens podem constituir sua subjetividade, sua personalidade enquanto determinação individual específica. Mas esta é uma determinação ontológica de uma totalidade das condições sociais e é nelas e a partir delas que a subjetividade é historicamente formada e mudada. E o que temos com a divisão do trabalho na sociedade capitalista? Marx dirá que *“não é somente o trabalho que é dividido, subdividido, repartido entre diversos indivíduos, é o próprio indivíduo que é despedaçado e metamorfoseado em mola automática de uma operação (...) um certo afinamento do corpo e do espírito é inseparável da divisão do trabalho na sociedade”* (K. Marx, *O Capital*, livro I, 1980).

Ora, a riqueza do homem é a riqueza de suas relações sociais. Ele é produto da história e seu criador. O verdadeiro eu, na teoria marxista, é um eu social e em decorrência a compreensão da individualidade não pode ser calcada em qualidades abstratas inerentes ao indivíduo mas na análise histórica concreta do caráter da sociabilidade. É esta que define a natureza humana, pois esta não pode ser encontrada dentro do sujeito mas nas suas relações objetivadas. Nos *Manuscritos* (Marx, 1844), o princípio do individualismo passa a ser analisado como uma manifestação ontológica da alienação do homem no trabalho. O egoísmo não é inerente nem é característica definida da natureza humana; esta é transformada, pela própria atividade humana e pela sociabilidade (isto é, o conjunto das relações sociais), naquilo que é. A alienação desenvolve-se quando o indivíduo não consegue discernir e reconhecer o conteúdo e o efeito de sua ação interventiva nas formas sociais.

Pelo conceito de alienação em Marx (1844, 1867), vemos que o objeto produzido pelo trabalhador aparece como estranho e independente a ele. Alheio a si mesmo.

Quanto mais valor o trabalhador cria, mais ele fica diminuído, mais sem valor e desprezível se torna (Marx, idem).

Ora, a questão digital, se penso as relações sociais e a língua (produção de sentido) não está, pois, na questão de incluir-se ou excluir-se mas no fato de que ela tem se apresentado como mais um componente do que no marxismo se chama de processo de alienação.

O que se deve demandar então face ao digital é: **como fazê-lo estabelecer condições para o indivíduo discernir e reconhecer o sentido de sua prática nas formas sociais e, em retorno, constituir sua subjetividade enquanto determinação individual específica?**

Minha resposta é: propiciar este espaço politicamente significado para que este sujeito possa se relacionar com a história, o político, o simbólico e a ideologia, quando pensamos a relação desse sujeito com essa forma material da linguagem. Como qualquer outra, afetada pela memória discursiva e sujeita à interpretação.

Bibliografia

- BATAILLE, G. “Les sens moral de la sociologie” in *Critique*, Paris, 1946.
- BRUNEL, S. “Qu’est-ce que la mondialisation?” in *10 questions sur la mondialisation*, Spécial Sciences Humaines, Paris, 2007.
- COHEN, D. “Mondialisation ou occidentalisation?” in *10 questions sur la mondialisation*, Spécial Sciences Humaines, Paris, 2007.
- MARX, K. *Manuscritos económico-filosóficos* (1844), Boitempo, Rio de Janeiro, 2005.
- MARX, K. *O Capital* (1867), Civilização Brasileira, São Paulo, 1980.
- ORLANDI, E. *Discurso e Texto*, Pontes, Campinas, 2001.

Para citar essa obra:

ORLANDI, Eni Puccinelli. Língua, Comunidade e Relações sociais no espaço digital. In. DIAS, Cristiane. E-urbano: Sentidos do espaço urbano/digital [online]. 2011, Consultada no Portal Labeurb – <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/> Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB/Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

Endereço:

Rua Caio Graco Prado, 70
Cidade Universitária “Zeferino Vaz” – Barão Geraldo
13083-892 – Campinas-SP – Brasil
Telefone/Fax: (+55 19) 3521-7900
Contato: <http://www.labeurb.unicamp.br/contato>